

**ATA**

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Congratulou-se com o sucesso da Feira Afonsina, realizada no fim de semana passado, tal como já havia sucedido com a primeira edição, felicitando a Câmara Municipal de Guimarães e o Vereador Amadeu Portilha, responsável pela iniciativa; **b)** – Questionou a situação da Rua de Vila Flor, que ainda não se encontra aberta ao público, comentando que as obras haviam sido apressadas apenas para permitir a visita do Presidente da República; **c)** – Quis saber qual o destino que é dado ao espólio arqueológico resultante das escavações realizadas pela Câmara Municipal no âmbito das empreitadas que promove. **2 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre o espólio arqueológico disse que, oportunamente, traria informação sobre o assunto; **b)** – Relativamente à Rua de Vila Flor, na zona de Couros, disse que não se encontrava ainda aberta ao público porquanto ainda faltava concluir aspetos de pormenor.

Finalizou dizendo que desconhecia que a obra tivesse sido preparada à pressa para a visita do Presidente da República; **c)** - Concordou com a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro acerca do sucesso da Feira Afonsina, acrescentando que este foi um dos pontos altos da CEC 2012 e que havia recebido felicitações pelo êxito alcançado com esta segunda edição. Recordou o trabalho e empenho dos serviços em prol desta iniciativa, apesar dos constrangimentos impostos pela Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

EDUCAÇÃO - TRANSFERÊNCIA MENSAL DE VERBA PARA A CONTRATAÇÃO DE DOCENTES DA ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA - PROTOCOLO COM A COOPERATIVA TEMPO LIVRE NO ÂMBITO DO PROGRAMA ATIVIDADE EXTRA CURRICULAR - ANO LETIVO 2012/2013 – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: "No âmbito do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, criado pelo Despacho 14 460/2008, de 26 de maio, alterado pelo Despacho n.º 8683/2011, de 16 de junho, foi aprovado, em reunião de executivo de 5 de julho último, a celebração de um Acordo de Colaboração com Cooperativa Tempo Livre, de forma a assegurar a lecionação da atividade física e desportiva aos alunos dos 14 agrupamentos de escolas do concelho. Com base na cláusula 2.ª, daquele Acordo, compete ao Município a transferência mensal de uma comparticipação financeira para pagamento dos encargos decorrentes com a contratação dos docentes a termo resolutivo certo a tempo parcial. Neste sentido,



cumpre-nos informar que o valor da comparticipação financeira a transferir no período compreendido entre setembro e dezembro de 2012 é de €186.189,80, a que corresponde um valor mensal de €46.547,45, e de janeiro a junho de 2013 de €283.286,71, a que corresponde um valor mensal de €47.214,45. Mais informamos que de acordo com o ponto 3, da cláusula 3.^a, do Acordo de Colaboração, no final de cada período letivo serão efetuados, se necessário, os acertos financeiros relativos ao pagamento efetivo de encargos mensais, abatido dos valores entretanto atribuídos. Por último, e considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com caráter plurianual, deve ainda a despesa que resulta da celebração deste Acordo de Colaboração ser aprovada em sessão da Assembleia Municipal, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, sendo a respetiva repartição de encargos a acima indicada. À consideração superior”.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

CÂMARA – CENTRO HOSPITALAR DO ALTO AVE – CONSELHO CONSULTIVO – DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE – Presente um ofício do Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE solicitando, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de dezembro, a designação de um representante do Município no Conselho Consultivo daquela entidade. O Presidente da Câmara propôs a designação do Vereador César Machado. **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA, APROVAR**, com sete votos a favor e quatro em branco. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 - Do Relatório do Auditor Externo sobre Informação Financeira Semestral do Município de Guimarães, para posterior envio à

Assembleia Municipal, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 6 DE SETEMBRO DE 2012. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – RESIDÊNCIA PARA ARTISTAS – OLIVEIRA DO CASTELO - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA POSTERIOR APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL –

Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2012 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €1.200.000 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.5.1.36. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “Combitur – Construções Imobiliárias e Turísticas, SA” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 7 de março de 2012, pelo preço de €998.041,77 + IVA, e tendo em conta o preceituado no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, propõe-se submeter a aprovação da Assembleia Municipal a autorização para assunção de compromisso plurianual respeitante a este procedimento, de acordo com a seguinte repartição de encargos: Ano de 2012 – €286.646,54 + IVA = €303.845,33; Ano de 2013 – €711.395,23 + IVA = €754.078,95.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----



FREGUESIAS – PROPOSTA DE PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GUIMARÃES SOBRE A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA NOS TERMOS DA LEI Nº 22/2012, DE 30 DE MAIO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – Presente a seguinte proposta:

“A Lei nº 22/2012 de 30 de Maio da Assembleia da República consagra a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias, nos termos do nº 2 do seu artigo 1º. Na mesma Lei, estabelece-se que compete à assembleia municipal deliberar sobre a reorganização administrativa do território das freguesias (nº 1 do artigo 11º) e que a Câmara Municipal exerça a iniciativa para essa deliberação (nº 2 do mesmo artigo 11º). A referida deliberação designa-se “pronúncia da assembleia municipal” (nº 3 do artigo 11º). Nestes termos, venho propor à Câmara Municipal que seja apresentada à Assembleia Municipal uma proposta de redução do número de Juntas de Freguesias de 69 para 48, mantendo 31 das atuais Juntas a sua presente delimitação, e sendo constituídas 17 novas unidades administrativas, sendo 13 uniões de duas freguesias e 4 uniões de 3 freguesias. Para a determinação da redução global de freguesias, no Município de Guimarães, foram efetuados os seguintes cálculos: O Município de Guimarães insere-se no nível 2 dos níveis definidos no artigo 4º da presente lei: municípios com densidade populacional entre 100 e 1000 habitantes por quilómetro quadrado e com população igual ou superior a 25 000 habitantes. Guimarães tem uma densidade populacional de 656 hab/km² e uma população de 158 108 habitantes. Nos municípios do nível 2, deve haver uma redução de 50% do número de freguesias cujo território se situe, total ou parcialmente, no mesmo lugar urbano ou em lugares urbanos sucessivamente

contíguos e 30% do número das outras freguesias (alínea b) do nº 1 do artigo 6º). Como se verifica nos documentos anexos, Guimarães tem 24 freguesias classificadas, para a aplicação da presente lei, como integrando lugares urbanos, e 45 não integrando lugares urbanos. $24 \times 0.5 = 12$; $45 \times 0.3 = 13.5 = 14$; Total: $14 + 12 = 26$. O nº 1 do artigo 7º determina porém que “a assembleia municipal goza de uma margem de flexibilidade que lhe permite, em casos devidamente fundamentados, propor uma redução do número de freguesias do respetivo município até 20% inferior ao número global de freguesias a reduzir resultante da aplicação das percentagens previstas no nº1 do artigo 6º”. Pelo que, a redução pode ser inferior em 20% às 26 acima calculadas. $26 \times 0.2 = 5.2 = 5$; $26 - 5 = 21$. Assim, o Município de Guimarães propõe reduzir 21 freguesias, resultando numa reorganização territorial de 48 freguesias ($69 - 21 = 48$). O nº 2 do mesmo artigo 7º determina também que “em casos devidamente fundamentados, a assembleia municipal pode alcançar a redução global do número de freguesias prevista na presente lei aplicando proporções diferentes das consagradas no nº 1 do artigo 6º” pelo que a presente proposta consagra uma redução de 12,5% nas freguesias classificadas como lugares urbanos e 40% nas restantes freguesias. Nos termos do nº 5 do artigo 11º da referida lei, a proposta deve incluir os elementos que integram os anexos indicados: a) Identificação das freguesias consideradas como situadas em lugar urbano – Anexo I; b) Número de freguesias – Anexo II; c) Denominação das freguesias – Anexo III; d) Definição e delimitação dos limites territoriais de todas as freguesias – Anexo IV; e) Determinação da localização da sede das freguesias – Anexo V; f) Nota justificativa – Anexo VI. É esse conjunto de elementos que constituem a presente proposta a submeter à



Câmara Municipal para, após a sua aprovação, ser enviada à Assembleia Municipal.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Neste ponto de deliberação faz a Câmara Municipal a sua proposta de Reorganização Administrativa Territorial Autárquica para o território do concelho de Guimarães, nos termos da Lei nº 22/2012 de 30.05. Independentemente dos motivos que levaram à sua formulação, independentemente de estar assente numa imposição do memorando celebrado com a *troika* de credores internacionais do Estado Português, a verdade é que estamos perante um momento Histórico para o concelho de Guimarães. Um momento histórico na medida em que implica uma alteração nos limites das freguesias do nosso concelho que poderá durar dezenas ou mesmo centenas de anos. No âmbito da reorganização administrativa do território proposta pelo Governo, o concelho de Guimarães é necessariamente um dos mais interessados em poder entrar nesta discussão. Se o móbil da reforma é a existência de um número excessivo de freguesias no nosso País (sabendo-se que se trata de uma unidade administrativa que não existe no resto da Europa), sendo Guimarães o 2º concelho de Portugal com maior número de freguesias, esta discussão assume aqui um particular relevo. Momentos com esta importância exigem posturas políticas condizentes. Exigem que saibamos ter a humildade de perceber que o mandato que o povo nos concedeu é

temporalmente limitado, pelo que uma reforma com propósitos temporalmente alargados tem que ser discutida com todos. Apesar da legitimidade eleitoral que detém a maioria socialista, não detém a legitimidade democrática para querer decidir sozinha uma questão para a qual não foi legitimada pelo voto. O que pensamos está aliás em linha com o que bem disse António José Seguro, em 2 de Outubro do ano passado (http://www.jn.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=2030617&page=-1), em que defendeu que uma mudança no poder local *"não pode sair de um impulso repentista, tem de ser pensada, refletida"*, tendo dito ainda que uma reforma desta natureza *"não pode estar à disposição de uma qualquer maioria parlamentar conjuntural"*. É exata e rigorosamente este pensamento que defendemos. Aquele que o vosso líder defende. Considerando os efeitos desta reforma bem superiores, pela sua perenidade, a uma qualquer maioria que será sempre, pela natureza das coisas, conjuntural. Pelo que impor uma reforma sem qualquer auscultação, sem ouvir partidos com representatividade ao nível das juntas de freguesia, sem ouvir partidos com assento nos órgãos municipais, sem ouvir as populações, sem ouvir as próprias Juntas de Freguesia (que foram ouvidas mas todas em conjunto já depois de saberem a proposta pelos jornais), sem ouvir as associações locais com trabalhos e intervenções ao nível da gestão territorial, no fundo, sem a partilha e o envolvimento que são próprios dos grandes estadistas, o executivo socialista quis impor a sua visão; que é aliás a ausência de visão. Mas é essencialmente, uma enorme falta de respeito pelo papel que desempenham os diversos autarcas, Presidentes de Junta de Freguesia, de todos os partidos, que achavam que representavam as suas populações, e viram a



Câmara decidir uma reforma que envolve os seus territórios, sem terem sido ouvidos, sem serem chamados a pronunciar-se, sem se tentar perceber qual seria a sua visão para o **seu** território. Esta proposta não é uma reforma. É uma não reforma. É um retalhar casuístico e arbitrário de freguesias, sem que dela se perceba um objetivo, um propósito, uma visão territorial. É um cumprimento de mínimos, alheando-se o executivo de pensar o território sob qualquer modelo de desenvolvimento territorial. É uma mera redução numérica de freguesias. A não ser um: percebe-se e assume-se o objetivo de agregar as freguesias com menor população. As freguesias rurais, as freguesias com menos equipamentos, as freguesias com menos recursos, são aquelas que são propostas para agregação pela Câmara de Guimarães. E aqui é que isto começa a ficar interessante. Disse o Presidente de Câmara em 12.09.2011, há precisamente um ano portanto: *"No mundo suburbano ou rural é mais difícil porque a partir de certa altura de facto não ficam com nada. Desapareceu a escola, desaparece o infantário, desaparece não sei o quê, desaparece o centro de saúde e vai agora desaparecer a freguesia e isso é complicado e tem que ser visto com algum cuidado porque as populações ficam um bocadinho à mercê do nada. E isso tem que ser visto com cuidado e penso que a lei acautelará esses casos específicos."*(<http://www.guimaraesdigital.com/index.php?a=noticias&id=45628> – 01:18) Um ano depois, faz o mesmo Presidente de Câmara precisamente o inverso do que defendia nos seus primeiros pensamentos. Aliás, dizia o Dr. Magalhães que estava certo que a lei acautelaria a proteção dessas populações que ficavam, na sua opinião, *um bocadinho à mercê do nada*. Não se enganou, a lei acautelou ao sugerir a agregação dos territórios urbanos sucessivamente contíguos. A única entidade que não

acautelou essa preocupação que o Presidente defendia há um ano, foi a própria Câmara por si liderada, na proposta que apresenta um ano depois. Mas há mais: Há cerca de duas semanas atrás, disse o Presidente de Câmara que o PSD tinha uma proposta que promovia a conflitualidade (<http://www.guimaraesdigital.com/index.php?a=noticias&id=49885>). E porquê que promovia a conflitualidade? Porque *"O PSD pretendia uma agregação com maior número de freguesias o que provocaria conflitualidade entre as comunidades"*. O que pensava esta mesma pessoa há um ano atrás? Pensava o seguinte: ***"nós ganhávamos em escala se ficássemos com 1/3 das freguesias que temos agora, 1/3 ou 1/4 penso que seria porventura benéfico"*** (<http://www.guimaraesdigital.com/index.php?a=noticias&id=45628> - 00:28). Até hoje, ninguém se atreveu a propor tamanha dimensão de agregação! Uma proposta que reduzia as freguesias de Guimarães para um número entre as 17 e as 23 freguesias... O Presidente de Câmara acusou ainda o PSD, nessa mesma entrevista recente, de pretender agregar freguesias em torno das principais vilas. Do que manifestou profunda discordância. Mas não discordava há um ano atrás, aliás, pensava precisamente o oposto. Nessa altura pensava que ***"a periferia das vilas já pode ser apelativa para alguma fusão ao nível desses espaços e penso que o que está pensado para Guimarães anda à volta disto"*** (<http://www.guimaraesdigital.com/index.php?a=noticias&id=45628> - 00:56). É extraordinário. Mais uma vez, o contrário. O oposto absoluto. É legítimo que os Vimaraneses se perguntem: o que mudou para que o Presidente de Câmara pense hoje precisamente o contrário do que pensava há um ano atrás? Porque critica hoje o PSD de forma tão veemente por pensar o que ele



próprio pensava há um ano? O que é que faz com que a sua Câmara apresente hoje uma proposta que é precisamente o oposto do pensamento genuíno e mais imediato do seu líder? Não terá conseguido impor a sua visão? Já estarão as coisas nesse ponto? Mas a pergunta fulcral é por que motivos terá o Presidente de Câmara alterado de forma tão radical o seu pensamento? A lei não foi, pois como sabemos a lei propõe precisamente o contrário da proposta da Câmara, ou melhor, propõe aquilo que há um ano propunha o Dr. Magalhães, isto é, propõe a agregação que respeite as correntes migratórias, as vivências urbanas, os territórios já atualmente servidos por equipamentos públicos comuns, numa palavra, agregar onde haja coerência territorial, onde as populações já vivam hoje voltadas umas para outras, agregações que respeitem as experiências inter-freguesias que já existem no terreno, criadas espontaneamente pelas populações. O nosso sentimento só pode por isso ser de tristeza. Nós tudo fizemos para que um tema com esta importância para o nosso futuro não entrasse na arena da batalha político-partidária. Guimarães não merece este tratamento. Guimarães não merece ser utilizada com critérios que não se compreendem, não merece, como diz Seguro, *estar à disposição de uma qualquer maioria parlamentar conjuntural*. E até o Dr. António Magalhães, gestor do Município de Guimarães durante quase 25 anos, não merecia estar associado a um processo desastrado como este, ser confrontado com a sua gritante contradição, demonstrar cedência a outros pensamentos ou interesses para além do seu mais genuíno, não merecia perder a oportunidade de demonstrar que num assunto tão importante quanto este poria os interesses de Guimarães acima de quaisquer outros interesses". -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança,

Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Votamos a favor da proposta apresentada para a reorganização territorial autárquica do Município de Guimarães pelas seguintes razões: A lei nº 22/2012 estabelece a obrigatoriedade de pronúncia das assembleias municipais sobre a reorganização das freguesias de cada Município e que a iniciativa para a elaboração dessa proposta pertença às Câmaras Municipais. A mesma lei estabelece que compete à Assembleia da República elaborar, através de uma Unidade Técnica, propostas concretas de reorganização administrativa do território das freguesias, em caso de ausência de pronúncia das assembleias municipais. Embora discordando de muitos pressupostos que estiveram na base da elaboração da referida lei, assumimos a obrigatoriedade da sua aplicação, e relevamos as vantagens para o Município na elaboração de uma proposta localmente e não esperar pela sua elaboração em sede nacional, naturalmente mais distante e mais desconhecadora das nossas especificidades locais. Correspondemos aliás às indicações da própria Unidade Técnica da Assembleia da República que, em ofício de 31 de Julho último, apelava "para não apenas a necessidade, mas sobretudo para o interesse das assembleias municipais exercerem o seu direito de pronúncia", explicitando que "caso se registe ausência de pronúncia, a UTRAT terá de aplicar estritamente o disposto nos parâmetros de agregação propostos" e que não seria considerada a "margem de flexibilidade" prevista no articulado da lei. Assim sendo, havia que definir o melhor modelo de agregação de freguesias, respeitando a redução de autarquias calculada nos parâmetros da lei. Para o PS, a existência de um patamar do poder autárquico, assente em freguesias, é fundamental para



garantir a proximidade dos eleitos às populações, para garantir a participação popular na democracia local, para eleger interlocutores das diferentes comunidades residentes junto do poder municipal. A identidade e a proximidade dessas comunidades devem ser preservadas de forma a não dificultar os objetivos atrás caracterizados. Definido esse fio condutor para o processo de reorganização, foram propostas agregações das comunidades com menor população com outras vizinhas com identidade urbanística, procurando que as novas agregações não ultrapassassem uma área geográfica muito extensa e números populacionais elevados, garantindo sempre uma proximidade de acesso, e conhecimento do território, entre eleitos e eleitores. A proposta apresentada afigura-se-nos equilibrada, permitindo manter o mesmo tipo de relações entre o Município e as freguesias que foi construído nas quase quatro décadas de poder local democrático em Guimarães. Ao contrário, a opção de polarizar as maiores freguesias com a anexação de freguesias adjacentes, iria constituir uma mudança profunda, atribuindo às anexações criadas novos estatutos, o que contribuiria para uma menor afirmação da centralidade municipal e o surgimento, a prazo, de divisões no todo concelhio que é necessário evitar. Congratulamo-nos assim pelo resultado obtido e pelo mapa apresentado e que será presente à pronúncia da assembleia municipal". -----

O Vereador José Torcato Ribeiro apresentou a seguinte **declaração de voto**: "O Vereador da CDU votou contra a proposta em apreço pelos seguintes motivos: A CDU defende que Guimarães deve manter as atuais freguesias e que qualquer alteração a este pressuposto deverá partir de uma ampla, participada e aberta discussão entre a Câmara e as Freguesias, com o imprescindível envolvimento da comunidade, partindo dos

fregueses qualquer iniciativa tendente à extinção da sua freguesia. A este propósito refira-se que nunca foi colocado, por qualquer freguesia, munícipe ou pela comunidade vimaranense, a necessidade de se reformular, agregar ou extinguir as Freguesias do nosso concelho. A CDU sempre afirmou que o problema não está no número de freguesias – que eventualmente poderia ser até superior ao existente, tendo em conta os números de habitantes de algumas das atuais freguesias – mas sim nas competências e bem assim na pouca autonomia de que gozam. Não é aglutinando estruturas, afastando o poder dos moradores, retirando a presença territorial dos órgãos autárquicos, que será possível resolver os problemas do concelho. O processo de Reforma Administrativa Territorial e Autárquica foi construído de cima para baixo, nos bastidores da comunidade, sem qualquer apoio das populações que não compreendem como se pode dizer a um morador de Mascotelos que passe a tratar dos seus assuntos em Cadoso S. Tiago, por exemplo. É uma proposta que ofende a independência e identidade cultural e histórica das freguesias e que não representa nenhuma solução para os verdadeiros problemas das comunidades locais, prevendo-se mesmo que os vai agravar ao afastar os eleitos dos eleitores, ao aumentar a distância da sede da nova junta aos lugares, implicando mais despesa em transportes e mais transtornos. Com este processo, PS e PSD querem simultaneamente: diminuir a representatividade democrática, o número de eleitos, o número de assembleias, a proximidade do poder ao eleitor, a eficiência da resposta local, mas também iniciar a marcha de destruição do Poder Local democrático que o atual Governo quer impor. Pena é que, mais uma vez, o caminho escolhido seja o errado, de que esta operação relâmpago para que a proposta seja aprovada no menor espaço de



tempo possível é o melhor exemplo, impossibilitando a verdadeira participação dos fregueses visados. Nestes termos não se pode aprovar na Câmara Municipal uma proposta que não serve às populações e que não trará qualquer vantagem para Guimarães. Mantém assim a CDU a sua oposição a todo este processo antidemocrático. A ideia de que existem freguesias que devem ser extintas, ou integradas noutras, pela sua dimensão, é bem o exemplo do atentado à democracia, o que contribuirá para um maior afastamento dos fregueses das suas freguesias, com perda de controle, de acompanhamento e de vigilância, oportuna e eficaz, dos atos de gestão, potenciando o favoritismo, o compadrio, o mau uso do dinheiro dos contribuintes. A CDU defende: Que a democracia das instituições e o nível de prestação de serviço público à população não podem estar subjugados a critérios economicistas; Que uma reorganização administrativa não pode ser feita sob a pressão da crise económica e que, a tal pretexto, vise servir os interesses eleitorais; Que qualquer processo neste âmbito deve ser amplamente participado, envolvendo as populações e as freguesias, e deve ter como objectivo principal responder melhor aos problemas que afectam a vida das populações". -----

**FREGUESIAS – PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
– JUNTA DE FREGUESIA DE ALDÃO - ALTERAÇÃO DO**

OBJETO – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Aldão para comparticipação na obra de requalificação do campo de jogos, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €8.430,16. Em 5 de agosto de 2012, a Junta de Freguesia de Aldão informou esta Câmara Municipal da

impossibilidade de proceder à requalificação do campo de jogos no ano de 2012, tendo em conta a complexidade e dificuldades que surgiram na negociação dos terrenos necessários para tal, solicitando a alteração do objeto do protocolo, e propondo a substituição daqueles trabalhos pela execução dos seguintes: 1. Intervenção no ringue, junto ao edifício da sede da junta de freguesia, cujo estado de conservação implica riscos para a segurança dos seus utilizadores; 2. Obra no cemitério; 3. Obra de recuperação dos bancos de granito na fonte de Fontela, recentemente destruídos por atos de vandalismo. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração da 1ª cláusula do Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 21 de junho de 2012, nomeadamente no que diz respeito ao respetivo objeto, passando a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a atribuição de subsídio à Junta de Freguesia de Aldão para participação nos seguintes trabalhos: 1. Intervenção no ringue, junto ao edifício da sede da junta de freguesia, cujo estado de conservação implica riscos de para a segurança dos seus utilizadores; 2. Obra no cemitério; 3. Obra de recuperação dos bancos de granito na fonte de Fontela, recentemente destruídos por atos de vandalismo." **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**FREGUESIAS – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS - JUNTA DE FREGUESIA DE SERZEDO -
ALTERAÇÃO DO OBJETO** – Presente a seguinte proposta do

Vereador Domingos Bragança: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 26 de Abril de 2012, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Serzedo a execução das obras de pavimentação da rua do Outeiro e construção de rede de águas pluviais na rua do Património, bem como a atribuição da verba



necessária à execução das obras até ao montante de €10.260,16. Em agosto de 2012, a Junta de Freguesia de Serzedo informou esta Câmara Municipal ter havido um lapso na rua a pavimentar, sendo que a sua pretensão seria de proceder à pavimentação desde a rua do Ribeiro Novo até à rua Padre José Ribeiro Dias, e não a rua do Outeiro. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração da 1ª cláusula do Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 21 de junho de 2012, nomeadamente no que diz respeito ao respetivo objeto, passando a ter a seguinte redação: "O presente protocolo tem por objeto a delegação de competências na Freguesia de Serzedo para a execução das obras de pavimentação desde a rua do Ribeiro Novo até à rua Padre José Ribeiro Dias e construção de rede de águas pluviais na rua do Património." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – ALTERAÇÃO AOS CONTRATOS CELEBRADOS COM A JCDECAUX – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "No dia 18 de Julho de 2011 foi assinado o contrato designado por "alterações aos contratos para utilização e fruição de mobiliário urbano e de locação de jornais electrónicos de informação, celebrado em 4 de abril de 1989 e de locação de mobiliário urbano, celebrado em 27 de junho de 1996, com as alterações introduzidas pela escritura pública de 12 de setembro de 2000 e 17 de outubro de 2003", cuja minuta foi aprovada em reunião de Câmara de 16 de Junho de 2011. O contrato previa a instalação de 10 abrigos de passageiros, modelo "Foster" duplos, e a adaptação de um quiosque para a venda de bilhetes dos Transportes Urbanos de Guimarães, num montante total de €187.851,75. Este contrato estabelecia, ainda, entre outros, que o

“pagamento das taxas de publicidade devidas anualmente pela JCDecaux à Câmara Municipal de Guimarães será feito mediante dação em cumprimento, através do fornecimento dos equipamentos e serviços” atrás descritos, e que o direito de propriedade dos 10 abrigos de passageiros duplos transitaria para o Município no final dos contratos, isto é, em 31 de Dezembro de 2018. Após a instalação dos equipamentos em tempo útil, 10 abrigos de passageiros, modelo “Foster” duplos e a adaptação de um quiosque para a venda de bilhetes dos Transportes Urbanos de Guimarães, no âmbito da requalificação urbana realizada no centro da Cidade, a JCDecaux submeteu ao Município o pagamento de duas faturas que, decorrente da não integração imediata no imobilizado do Município, não poderiam ser assumidas. Face ao exposto, submetemos à consideração superior a alteração do contrato, conforme minuta anexa, por forma a integrar os 10 abrigos no património do Município e emitir, de imediato, o valor das taxas relativas à colocação de publicidade por aquela empresa em diversos locais na área do Município no período 2012-2018, permitindo a efetiva dação em cumprimento. Como tal, o valor a debitar nesta data, para aquele período, terá por base a Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em vigor no ano em curso, será de €192.558,24, sem prejuízo de, em Janeiro de 2018, se processar o devido acerto, decorrente de, eventuais, alterações das taxas ou do número de equipamentos instalados. Mais se informa que, no decurso deste processo, e já após assinatura daquele contrato de 2011, foi consultada a CCDRN que, em parecer jurídico datado de 23 de Maio de 2012, considerou que este contrato deveria ser aprovado pela Assembleia Municipal, considerando a competência prevista na alínea h), do n.º 2, artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Deste modo, submete-



se à consideração superior que aquele contrato de 2011 e a alteração que agora se propõe sejam submetidos a aprovação daquele órgão municipal. Salienta-se por último que o pagamento daqueles valores resulta, não da realização de uma despesa efetiva com pagamento em dinheiro, mas antes da não arrecadação de uma receita.” O contrato designado por “alterações aos contratos para utilização e fruição de mobiliário urbano e de locação de jornais electrónicos de informação, celebrado em 4 de abril de 1989 e de locação de mobiliário urbano, celebrado em 27 de junho de 1996, com as alterações introduzidas pela escritura pública de 12 de setembro de 2000 e 17 de outubro de 2003”, bem como a minuta de alteração ao contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DAS APLICAÇÕES NETMUNICÍPIO, UTILIZADAS NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Sistemas de Informação: “**1. Objecto:** Prestação de serviços de manutenção, apoio e atualização das aplicações NetMunicípio do Município de Guimarães, que permitem a consulta on-line de processos de urbanismo, cemitérios, contra-ordenações, execuções fiscais, feiras e mercados, máquinas de diversão, contas correntes de fornecedores e munícipes, publicidade e certidões. **2. Considerando que:** A presente prestação de serviço se destina a assegurar a manutenção, apoio e atualização das aplicações de consulta on-line das diferentes áreas de interesse dos cidadãos, pelo período de três anos, com início em 01 de Novembro de 2012

e termo em 31 de Outubro de 2015; A execução das tarefas associadas a estes serviços requer a disponibilização de equipa credenciada nas aplicações NetMunicípio, que garanta a manutenções, apoio e atualização das referidas aplicações; Trata-se de um serviço exclusivo, em que o fornecedor detém os direitos de licenciamento e intervenção no software aplicacional; Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara e a Assembleia Municipal autorizem a celebração de um contrato de prestação de serviços com a empresa Wiremaze – Sistemas de Informação, S.A., para a manutenção, apoio e atualização das aplicações informáticas NetMunicípio, de consulta on-line de processos, considerando os seguintes elementos: a) A despesa para o período de 2012 a 2015 estima-se em €46.078,78 (quarenta e seis mil setenta e oito euros e setenta e oito cêntimos), acrescida de IVA à taxa legal em vigor. b) A despesa encontra-se cabimentada na rubrica 1.1.1.06, referente à Modernização Administrativa, conforme declaração de cabimento em anexo. c) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste direto, com publicação na plataforma de contratação pública, nos termos do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, conforme caderno de encargos que se juntam em anexo. d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respetivos cônjuges, algum parente, ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com que



viva em economia comum. e) A este contrato será aplicada a redução remuneratória, prevista no art.º 19 da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2011. **4. Assembleia Municipal:** Considerando ainda que se trata da assunção de um novo compromisso, com caráter plurianual, deve ainda a despesa que resulta deste contrato ser aprovada em sessão da Assembleia Municipal, conforme dispõe o art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, sendo a seguinte a respetiva repartição de encargos: ---

Anos económico	Encargo/ano económico	Período do contrato
2012	15.359,60€	1/11/2012 a 31/10/2013
2013	15.359,60€	1/11/2013 a 31/10/2014
2014	15.359,58€	1/11/2014 a 31/10/2015
Total.....	46.078,78€	

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE 4 PARCELAS DE TERRENO, NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DA DENOMINADA

“CIDADE DESPORTIVA” - CANDOSO S. TIAGO – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “Em 26 de junho de 2008 foi aprovado, em reunião camarária, proceder à expropriação de 5 parcelas de terreno, necessárias à obra da denominada “Cidade Desportiva”, situada na freguesia de Candoso S. Tiago. Depois de submetido o respetivo processo à Direção Geral das Autarquias (DGAL), foi necessário proceder à retificação da deliberação em 29 de outubro de 2009 de acordo com instruções daquela Direção Geral. Todavia em 2011, um proprietário de terrenos confinantes com as parcelas que o município estava a expropriar, veio apresentar cópia de uma sentença transitada em julgado, na qual se provava que a parcela definida com a letra “C”, no processo expropriativo promovido pela

autarquia, lhe pertencia na totalidade, bem como parte do terreno que estava determinado como fazendo parte da parcela "D". Assim, a Câmara Municipal em 22 de dezembro de 2011, deliberou alterar a área, designação e valor, atribuídos nas deliberações anteriores, para avançar com o processo expropriativo e disso notificou os interessados. Posteriormente os expropriados recusaram em aceitar o valor indemnizatório proposto pela autarquia, para a aquisição amigável. Todavia no passado mês de maio do corrente ano, os expropriados decidiram aceitar o valor que o município lhes propôs para a aquisição das 4 (quatro) parcelas de terreno, constantes da deliberação de 22 de dezembro de 2011. Assim, foi superiormente decidido aceitar pagar o valor indemnizatório de €2.968.299,69 (dois milhões novecentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa e nove euros e sessenta e nove cêntimos), pelos 69.819m², que representam as 4 parcelas a adquirir. No entanto, os expropriados foram informados que a autarquia se disponibilizava a pagar, sem juros, a quantia atrás mencionada em 18 prestações mensais. Apesar de inicialmente os interessados terem apresentado uma contraproposta para pagamento em 12 prestações, os mesmos acabaram por aceitar a proposta camarária, ou seja, receber o indicado montante indemnizatório em 18 prestações. Desta forma e nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, deverá ser superiormente decidido submeter a deliberação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53º, nº. 2, alínea i) da Lei nº. 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, a aquisição de 4 parcelas de terreno, a seguir indicadas no quadro abaixo: -----

Parcela	Área	C. R. Predial	Finanças	Confrontações	Valor Indemnizatório
A	7.600m ²	00040/Candos o S. Tiago		Norte – Caminho Sul – Rua dos	€340.480,98



			47R	Vencedores Nascente e Poente – Elvira Ferreira Guimarães Oliveira	
B	9.500m ²	00038/Candos o S. Tiago	76R	Norte e Nascente – Elvira Ferreira Guimarães Oliveira Sul – Elvira F. G. Oliveira e caminho Poente – Maria do Céu Leite da Cunha	€266.000,76
D	43.474m ²	00544/Candos o S. Tiago (PARTE)	38R (PART E)	Norte – Caminho público Sul – Porfírio da Silva Mendes e Joaquim Pereira Nascente – Panpierrez – Gestão de Investimentos, S. A. Poente – António Castro Pereira	€1.947.640,77
E	9.245m ²	00696/Candos o S. Tiago	138R	Norte – Caminho Público Sul e Poente – terras do Casal das Mondas Nascente – Rego	€414.177,18

O valor dos encargos previstos com a expropriação destes terrenos é de €2.968.299,69 (dois milhões novecentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa e nove euros e sessenta e nove cêntimos), em conformidade com a avaliação efetuada em 25 de maio de 2011, pelo mesmo perito da lista oficial que elaborou o relatório inicial, tendo cabimento nos documentos com os números 5615/2008 e 4802/2009. O pagamento efetuar-se-á em 18 prestações mensais, sendo que as primeiras 17 prestações terão o valor de €164.905,54 e a última terá o valor de €164.905,51, conforme minuta em anexo.” A minuta de compra e venda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

O **Vereador André Coelho Lima** ditou para a ata a seguinte declaração: "Como é sabido e de forma resumida o despacho de arquivamento do Ministério Público relativamente ao processo crime que corria contra o Presidente da Câmara Municipal referia, de forma clara, que essa decisão de arquivamento se prendia com a circunstância de que o pretense crime em causa, neste caso o crime de peculato, não seria punível na forma tentada, donde a não conclusão do contrato promessa de permuta equivaleria, por si só, à não acusação e consequente arquivamento do processo em causa. Hoje, nesta reunião, foi dito pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Domingos Bragança, que o Ministério Público recomendou à Câmara que não fizesse contrato de permuta, esta informação deverá constar em ata para ser tida em consideração para os fins tidos por convenientes". -----

O **Vereador Domingos Bragança** ditou para a ata a seguinte declaração: "O que eu expressei foi que da leitura do relato do Ministério Público e tendo em contra que foi o Sr. Presidente da Câmara que enviou todo o processo para análise do Tribunal, e dado esta permuta ter suscitado tanta polémica, deduzi eu em todo o relato do Ministério Público que seria melhor, se possível, a rescisão do contrato de permuta sem indemnização, procedendo à sua desistência, avançando para a aquisição pela via da expropriação." -----

O **Vereador César Machado** ditou para a ata a seguinte declaração: "Tem sido consensual a condenação do que vem sendo apelidado de judicialização da política sobretudo quando se percebe claramente que se trata de retirar do seu terreno natural de discussão questões do domínio político. Não que se tema o tratamento judicial quando ele é necessário, mas há que operar uma nítida separação de águas. O que hoje se assistiu nesta



reunião por parte dos Srs. Vereadores do PSD acrescenta um lance neste caminho censurável e que consiste, já não em retirar o debate do seu território natural, mas de procurar reacender ou reavivar uma questão que para os Tribunais se revelou já esclarecida procurando descortinar numa expressão verbalizada num debate que, eventualmente, poderão considerar prometedora para os seus intentos alguma pista que, como está à vista, não conduz a nada de novo. Esta atitude merece por isso repúdio e deve ser objeto de ponderação por parte dos seus autores.” -----

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Os vereadores eleitos nas listas do PSD votaram contra o ponto 8 da agenda da reunião de Câmara do dia 20 de Setembro de 2012, pelas seguintes razões: 1 – A proposta de deliberação que hoje foi trazida a esta reunião de Câmara é mais um exemplo evidente daquilo que o PSD sempre afirmou: o acordo de permuta assinado no dia 5 de Junho de 2001 entre o Sr. Domingos Machado Mendes e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães foi um negócio celebrado contra as mais elementares regras da transparência e da gestão rigorosa de dinheiros públicos. 2 – Passamos a explicar: Quem não conheça o concelho de Guimarães e venha assistir a esta reunião de Câmara sem nunca ter contactado com a realidade concelhia, pensará, legitimamente, que a Câmara Municipal de Guimarães vai, nos próximos tempos, construir uma cidade desportiva. É o que resulta da leitura deste ponto de agenda – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE 4 PARCELAS DE

TERRENO, NECESSÁRIAS À CONSTRUÇÃO DA DENOMINADA "CIDADE DESPORTIVA". Os vimaranenses, no entanto, sabem que a cidade desportiva foi construída e inaugurada há mais de dez anos. Por isso, pergunta-se: que Câmara Municipal é esta que expropria hoje terrenos necessários à construção de uma cidade desportiva, que foi construída e inaugurada há mais de dez anos?

3 – A história é simples e do conhecimento público, mas voltamos a recordá-la: entre 1999 e 2003, o senhor Domingos Machado Mendes, um comerciante de carnes de Famalicão, adquiriu quatro parcelas de terreno, situadas na reserva agrícola nacional, **pelo valor global de EUR 687.190,27 (seiscentos e oitenta e sete mil cento e noventa euros e vinte e sete cêntimos)**. A primeira dessas parcelas foi adquirida em 10 de Agosto de 1999, duas dessas parcelas foram adquiridas em 30 de Maio de 2001 e a última dessas parcelas em 26 de Dezembro de 2003. Em 5 de Junho de 2001, o senhor Domingos Machado Mendes e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Guimarães assinaram um "acordo de permuta" pelo qual o senhor Domingos Machado Mendes prometeu entregar ao Município as referidas parcelas de terreno (curiosamente, uma delas só viria a ser por si adquirida em 2003 ...) necessárias para a construção da Cidade Desportiva, e pelo qual o Município prometeu entregar ao senhor Domingos Machado Mendes futuros lotes de terreno a constituir na sequência da operação de loteamento da Quinta do Outeiro, propriedade da autarquia. **O valor global que foi atribuído no referido "acordo de permuta" às parcelas de terreno do senhor Domingos Machado Mendes foi de EUR 1.105.806,97 (um milhão cento e cinco mil oitocentos e seis euros e noventa e sete cêntimos)**. Chegados aqui, já todos concluimos quão afortunado foi o particular em causa. Conseguiu comprar



precisamente as parcelas de terreno de que o Município de Guimarães necessitava ... Conseguiu prometer permutar com o Município de Guimarães uma parcela de terreno que, à data, nem sequer era sua ... Comprou quatro parcelas de terreno pelo valor global de EUR 687.190,27 (seiscentos e oitenta e sete mil cento e noventa euros e vinte e sete cêntimos) e prometeu permutá-las pelo valor global de EUR 1.105.806,97 (um milhão cento e cinco mil oitocentos e seis euros e noventa e sete cêntimos), ganhando, logo aí, EUR 418.616,70 (quatrocentos e dezoito mil seiscentos e dezasseis euros e setenta cêntimos) ... Conseguiu até a proeza de ser o único a vender terrenos à Câmara, pois todos os outros proprietários à volta foram expropriados!! Recorde-se que duas dessas parcelas de terreno tinham sido adquiridas meia dúzia de dias antes ... Uma valorização meteórica e uma sorte, que todos nós sabemos o que quer dizer nos dias de hoje.

4 – Na ocasião em que veio a público a polémica em torno deste negócio, o senhor Presidente da Câmara Municipal sempre frisou que este negócio tinha sido conduzido pelo então Vice-Presidente da Câmara, António Castro, na ocasião qualificado pelo senhor Presidente da Câmara como “um excecional negociador”. **Ora, sobre o valor que foi atribuído no “Acordo de Permuta” às parcelas de terreno do senhor Domingos Machado Mendes, o referido “excecional negociador” disse, em declarações publicadas no dia 17 de Março de 2004, o seguinte: “aos terrenos do senhor Domingos Machado Mendes foi atribuído o valor de 2.620\$00 o metro quadrado. São valores normais, uma vez que na mesma zona a Câmara pagou em Tribunal terrenos a 2.152\$00 o metro quadrado”.**

5 – **A conclusão é simples e clara para todas as pessoas: se a Câmara Municipal de Guimarães tivesse expropriado os terrenos em causa nesta**

deliberação no tempo certo, o valor a pagar, nas palavras do aludido “excecional negociador”, seria o constante do “acordo de permuta”, ou seja, EUR 1.105.806,97 (um milhão cento e cinco mil oitocentos e seis euros e noventa e sete cêntimos). Ao fazê-lo com mais de dez anos de atraso, a Câmara Municipal vai fazê-lo pelo valor global de EUR 2.968.299,69 (dois milhões novecentos e sessenta e oito mil duzentos e noventa e nove euros e sessenta e nove cêntimos), o que se traduz num prejuízo para o erário público no montante de EUR 1.862.492,70 (um milhão oitocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e noventa e dois euros e setenta cêntimos). 6 - A Câmara pagou 10,73 € (dez euros e setenta e três cêntimos) por m2 nas expropriações que nessa altura fez para a Cidade Desportiva, a Câmara acordou pagar em 2001 ao Sr. Domingos Machado Mendes 13,07 € (treze euros e sete cêntimos) por m2 e em 2012 vai ter que pagar ao sortudo do único particular que passou despercebido e não foi expropriado 42,51 € (quarenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos) por m2... É este o preço da falta de transparência e da falta de rigor na gestão do erário público. No entanto, não deviam ser os vimaranenses a pagá-lo! Votamos contra”. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha, Alexandra Gesta e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta de aquisição amigável de quatro parcelas do terreno, onde está edificada a Cidade Desportiva na freguesia de Candoso S. Tiago, pelas seguintes razões: A Cidade Desportiva está edificada há mais de dez anos, constitui hoje um equipamento da maior valia para a população vimaranense, e mantém pendente o processo de aquisição e



pagamento dos terrenos onde se localiza, o que é urgente resolver. Todo o processo de aquisição dos referidos terrenos foi debatido em várias reuniões da Câmara Municipal, ao longo de anos, o que importa relembrar. Quando foi decidido construir uma cidade desportiva e escolhida a sua localização (mandato 1998-2001), a Câmara Municipal procurou encontrar a forma de investimento que melhor respondesse à gestão da sua tesouraria, no respeito pelos valores determinados por avaliação independente, como sempre sucede quando procede à aquisição de património. Assim, em 2001, foi assinado com o proprietário dos terrenos em causa, perante a sua afirmação dos direitos de propriedade, um acordo de intenção de permuta onde seriam permutadas as parcelas do terreno necessárias à construção da referida Cidade Desportiva, situadas na freguesia de Candoso S. Tiago, com a área total de 84.510m², (**Quadro 1**) por bens futuros, concretamente 5 lotes de terreno, propriedade do Município, situados na denominada Quinta do Outeiro (freguesias de Costa e Mesão Frio), propriedade do Município, com a área total de 6.128 m² (**Quadro 2**). -----

Quadro 1

Terrenos em Candoso S. Tiago	
Parcelas	Área/m ²
A	7.600
B	9.500
C	3.650
D	55.170
E	8.590
Totais	84.510

Quadro 2

Terrenos da Quinta do Outeiro						
Parcelas	Construção	Habitação	Comércio	Garagens	Implantação	Área do lote
M10	3.600	2.350	750	500	750	750
M11	7.275	4.965	1.410	900	1.410	1.410
HC6	5.861	4.803		1058	1572	1572

HC9	1.884	1.584		300	1136	1136
HC10	4.218	3.579		639	1260	1260
TOTAIS	22.838	17.281	2.160	3397	6128	6128

Os lotes de terreno constantes do Quadro 2 faziam parte de uma operação de loteamento que o Município pretendia promover, dando assim cumprimento ao estudo prévio do Plano de Pormenor da Zona da Costa – Mesão Frio. Na sequência das avaliações efetuadas previamente ao citado acordo, nos anos de 1999 e 2000, a estes lotes de terreno foi atribuído um valor total de 209.676.000\$00 (€1.045.859,48), enquanto os terrenos de Candoso S. Tiago foram avaliados em 221.429.000\$00 (€1.104.483,20). Contudo, esta avaliação considerava os lotes de terreno por infra estruturar, pelo que ficou acordado que os custos da execução das infraestruturas que o Município se propunha executar no loteamento da Quinta do Outeiro, teriam de acrescer ao valor dos lotes, na medida da sua percentagem de construção face ao conjunto da área prevista para lotear, custos esses a serem assumidos por Domingos Mendes. Em 2003 os vereadores eleitos pelo PSD que então integravam a Câmara Municipal iniciaram um processo de suspeição alegando, sem base em qualquer avaliação, que os terrenos, propriedade municipal, eram mais valiosos que os terrenos a adquirir para a Cidade Desportiva, e que a operação visava o favorecimento privado. Face a tal acusação, o Presidente da Câmara Municipal solicitou ao Ministério Público a investigação de todo o processo. Em Junho de 2007 foi concluído o processo de loteamento da Quinta do Outeiro, titulado pelo alvará nº 19/07, permitindo, então, conhecer com rigor as áreas dos lotes a permutar, conforme quadro abaixo apresentado.

(Quadro 3)

(Quadro 3)

Lotes do Loteamento da Quinta do Outeiro (Mesão Frio) para permuta						
Lotes	Construção	Habitação	Comércio	Garagens	Implantação	Área do lote



2	6288	3200	988	2100	1047	1105
4	9950	6240	500	3210	2027	2754
5	7905	4840	500	2565	1982	2134
7	4167	2560		1607	622	884
8	349		349		200	352
		16840	2337			
	28659	19.177		9482	5878	7229

Tendo em vista atualizar todo o processo, obteve-se avaliação de 2 entidades independentes – um perito da lista oficial e o 2º Serviço de Finanças de Guimarães – constantes dos Quadros 4 e 5: -----

(Quadro 4)

Avaliação efectuada por perito da lista oficial		
Critérios	Lotes da Quinta do Outeiro	Terrenos de Candoso S. Tiago
Nos termos do Cód. Expropriações	€2.996.883,09	€3.313.966,69
Nos termos do CIMI	€2.243.737,40	€4.737.222,00

(Quadro 5)

Avaliação efectuada pelo 2º Serviço de Finanças de Guimarães (nos termos do CIMI)	
Lotes da Quinta do Outeiro	Terrenos de Candoso S. Tiago
€2.066.850,00	€5.882.410,00

Assim, em 2007, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou a minuta do contrato de permuta, atribuindo aos lotes da Quinta do Outeiro o valor de €1.045.859,48 e aos terrenos de Candoso S. Tiago o valor de €1.104.483,20, constituindo, ainda, obrigação de Domingos Machado Mendes pagar o valor de €300.000,00 a título de comparticipação nos custos de execução das infraestruturas daquele loteamento. Este processo (minuta do contrato de permuta) obteve visto tácito do Tribunal de Contas. Entretanto, como o referido proprietário, que não chegou a assinar o contrato de permuta, veio comunicar que não pretendia continuar com o acordo, em virtude de já não o entender vantajoso, o Município viu-se obrigado a iniciar um

processo de expropriação (deliberação de Câmara de 26/06/2008). Na sequência desta desistência, o processo que corria termos no Ministério Público veio a ser arquivado. No âmbito deste novo processo, em fase de negociação amigável, o proprietário exigia, inicialmente, o montante indicado pela avaliação mais elevada (5.882.410,00€), o que não foi aceite pela Câmara, que procurou um acordo com base no valor indicado pelo perito avaliador (2.968 299,69€), o que veio, recentemente, a ser aceite pelo proprietário, aceitando, igualmente, o pagamento em 18 prestações mensais, sem juros. **Concluindo:** A possibilidade de adquirir um terreno, que exigia disponibilidade financeira elevada, através do pagamento em espécie, era naturalmente apelativa e uma boa opção para a tesouraria municipal sempre com dificuldades de liquidez. A avaliação realizada por perito indicava, para os terrenos a permutar, valores muito semelhantes. Os vereadores eleitos pelo PSD que integravam a Câmara Municipal, na época, iniciaram um processo de suspeição alegando, sem base em qualquer avaliação, que os terrenos, propriedade municipal, eram mais valiosos que os terrenos a adquirir para a Cidade Desportiva, e que a operação visava o favorecimento privado. O contrato de permuta foi aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, e obteve visto tácito do Tribunal de Contas. O proprietário dos terrenos renunciou à permuta acordada, tendo, em consequência, o Ministério Público arquivado o processo resultante da participação apresentada pelo Presidente da Câmara. Consequentemente, foi necessário promover um processo de negociação para encontrar os valores a pagar, com manifesto prejuízo para o Município, por se ter gorado a possibilidade de pagamento em espécie e por naturalmente se ter de proceder a nova avaliação dos terrenos. Foi possível chegar a acordo quanto



ao montante indemnizatório (2.968 299,69€), e à sua forma de pagamento - 18 prestações mensais, sem juros - considerando-se, face à situação atual, um bom acordo para o Município. Consideramos, assim, terem sido defendidos, nos circunstancialismos atuais, os interesses do Município, sem embargo de dever ser assinalado e recordado que, se não tivesse ocorrido o processo de suspeição levantado, o Município teria realizado a aquisição dos terrenos, agora em votação, sem qualquer dispêndio financeiro, com o pagamento em espécie através de lotes para construção, na época de valor semelhante, mas que hoje, pela desvalorização imobiliária, não terão a mesma procura de mercado, como ainda foi comprovado recentemente com a sua colocação em hasta pública que ficou deserta". -----

PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA - CONCESSÃO DE TERRENO PARA INSTALAÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL - LARGO DE S. GUALTER, FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO

– Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: "No âmbito do estudo urbanístico elaborado para a Requalificação do Posto de Abastecimento de Combustível sito no Largo de S. Gualter, freguesia de S. Sebastião, foi aprovado, em reunião de Câmara realizada em 6 de junho de 2012, a abertura de procedimento de hasta pública para concessão de uma parcela de terreno de domínio público, com a área de 420 m². A única proposta apresentada foi excluída, conforme aprovado pela Câmara Municipal, em sua reunião de 19 de julho de 2012. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de novo procedimento de hasta pública para concessão de um terreno municipal para instalação e exploração de um posto de abastecimento de combustíveis, no Largo de S. Gualter, freguesia de S. Sebastião, nos termos do Regulamento e Caderno

de Encargos que se anexam, devendo posteriormente ser publicado num dos jornais locais, de maior circulação, e ser dada publicitação nos lugares de estilo da Autarquia e ainda no sítio da internet do Município, de acesso público.” O Regulamento da Hasta Pública, bem como o Caderno de Encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Manuel Antunes não participou na discussão e na votação da proposta. -----

RECURSOS HUMANOS – NOVO ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE - DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

– Presente a seguinte proposta: “Em 29 de agosto passado foi publicada a Lei n.º 49/2012, diploma que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado. Entre outras alterações, este diploma veio modificar o regime de despesas de representação abonadas aos dirigentes, exigindo, para tal, que a sua atribuição seja aprovada pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal (art.º 24º). Na verdade, esta nova lei vem recuperar uma disposição que constava do Decreto-lei nº 514/99, de 24 de novembro (nº 4 do art.º 14º), que, ao tempo, motivou que a Câmara Municipal submetesse à aprovação da Assembleia Municipal uma proposta para atribuição de despesas de representação aos dirigentes, tendo tal proposta obtido aprovação unânime dos dois órgãos municipais (deliberação da Câmara Municipal de 29 de junho de 2000 e da Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2000). Deste modo, considerando



que se mantêm inalterados os pressupostos que justificaram aquelas deliberações, proponho que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, com efeitos a partir da data de entrada em vigor da referida Lei nº 49/2012, a manutenção daqueles abonos aos dirigentes municipais.”

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

A Vereadora Alexandra Gesta não participou na discussão e na votação da proposta. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Este ponto diz respeito a uma proposta de pagamento de despesas de representação ao pessoal dirigente da Câmara Municipal. Convém esclarecer o seguinte: Esta rubrica suplementar ao vencimento designada como “despesas de representação” foi estabelecida de forma generalizada ao pessoal dirigente da administração pública, com o governo de António Guterres (Lei nº 49/99 de 22.06). Isto provocou a reação dos dirigentes da administração local que exigiam beneficiar do mesmo regime daqueles. Isto porque a atribuição desse abono não se traduzia num direito mas poderia ser possível apenas após autorização da Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal. Cedendo a estes argumentos, a Lei nº 2/2004 de 15.01, publicada durante o Governo de José Sócrates, permitiu que os dirigentes da administração local comesçassem a ser abonados de despesas de representação, passando este abono a constituir um direito, não carecendo por isso de proposta da Câmara. Agora, a muito recente Lei nº 49/2012 de 29.08, veio fazer este regime regressar ao que

se encontrava anteriormente em vigor, antes da alteração promovida pelo Governo do Eng.º José Sócrates, isto é, volta a fazer depender de proposta da Câmara Municipal e aprovação da Assembleia Municipal, a atribuição destas despesas de representação. Feito o enquadramento interessa agora analisar a proposta. Diz-nos o texto da proposta de deliberação que *“esta nova lei vem recuperar uma disposição que constava do Decreto-lei nº 514/99, de 24 de novembro (nº 4 do art.º 14º), que, ao tempo, motivou que a Câmara Municipal submetesse à aprovação da Assembleia Municipal uma proposta para atribuição de despesas de representação aos dirigentes, tendo tal proposta obtido aprovação unânime dos dois órgãos municipais (deliberação da Câmara Municipal de 29 de junho de 2000 e da Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2000). Deste modo, considerando que se mantêm inalterados os pressupostos que justificaram aquelas deliberações, proponho que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, com efeitos a partir da data de entrada em vigor da referida Lei nº 49/2012, a manutenção daqueles abonos aos dirigentes municipais”*. Ora, não somos favoráveis a este entendimento pelas seguintes razões: 1. A fundamentação é demasiado vaga para se perceber qual o motivo pelo qual se justifica este pagamento, apenas se dizendo que *“mantêm-se inalterados os pressupostos”*. 2. No entanto, ainda que se mantenham os pressupostos, não se mantém a conjuntura económica, o que devia obrigar a uma gestão criteriosa dos recursos financeiros do município. Na atual conjuntura sócio-económica a atribuição do suplemento por despesas de representação à generalidade dos dirigentes da administração pública central, regional e local tem que ser colocada em causa. 3. Manter este suplemento remuneratório num contexto em que os



demais trabalhadores dos quadros da Câmara, de menores rendimentos, não são abrangidos por este bónus remuneratório e se encontram já a fazer enormes contenções nos seus orçamentos familiares, é revelador de uma certa insensibilidade. 4. Aliás, esta deve certamente ser a opinião do pessoal dirigente abrangido por este bónus, estamos convictos que os dirigentes, conscienciosos e solidários como certamente serão, são os primeiros a não querer neste contexto de fortes restrições obter um direito acrescido face aos demais trabalhadores da Câmara Municipal. 5. É preciso que se saiba que a Câmara continuará a pagar deslocações, refeições e outras despesas realizadas pelos seus dirigentes, pelo não se trata aqui de qualquer montante destinado a cobrir despesas realizadas ao serviço do Município. 6. Aliás, a origem desta figura da despesa de representação data de 1971 e está associada à necessidade de manutenção de requisitos de imagem e apresentação condizentes com a função, designadamente ao nível da indumentária, exigência que como sabemos não existe já nos nossos dias onde a informalidade do pessoal dirigente, ao nível da indumentária, é a regra. 7. É importante que os trabalhadores do Município percebam que os sacrifícios são para todos, e que numa altura em que o País se vê forçado a pedir ao seu povo esforços quase desumanos, as pessoas que se sacrificam percebam que também ao nível das chefias esses cortes têm aplicabilidade. 8. Aprovar cegamente um suplemento remuneratório, atribuindo-lhe um carácter permanente, como aqui se pretende, perde inclusive o seu efeito motivador dado que passa a ser rapidamente considerado como parte integrante da sua remuneração base. 9. Se a presente conjuntura de absoluto alarme económico, em que Portugal se encontra intervencionado pelos seus credores, na qual se exigem cortes em vários setores da Administração Pública, se esta

conjuntura não for argumento para a suspensão do pagamento deste montante, não se percebe que motivos poderão justificar essa suspensão, só porventura um cenário de guerra civil ou calamidade. 10. A reprovação desta medida, além de ser socialmente justo e equilibrado, permitiria ainda ao Município uma poupança significativa de recursos – da ordem dos **€ 70.000,00** – que poderiam ser aplicados em setores como o setor social, que tão carecido está de um maior empenhamento e acompanhamento do Estado, e para o qual foi já manifestado não haver mais recursos. 11. A simples ousadia de propor a manutenção deste complemento remuneratório, em tempos como aqueles que vivemos é próprio de quem, vivendo num ano de absoluta exceção em matéria orçamental, parece alheado do mundo que o rodeia, parece não ter ainda percebido verdadeiramente o esforço que está a ser pedido aos Portugueses, onde o Estado devia ser o primeiro a dar o exemplo. Por este conjunto de razões, e por nos parecer essencialmente desassisado e até imoral a manutenção de determinados privilégios em tempos de contenção que deveriam ser transversais, votamos **contra** a presente proposta”. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Domingos Bragança, Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Votamos a favor da proposta, que mantém a atribuição de despesas de representação aos dirigentes dos serviços municipais, por considerarmos inteiramente justo esse abono suplementar a quem pela responsabilidade que envolve, no exercício das funções de chefia nos Departamentos e Divisões do Município, deve caber um vencimento superior relativamente aqueles que dirigem. Acresce que os montantes em causa não têm significado relevante em termos de orçamento municipal. Considerarmos, por último, que



as determinações legislativas que possibilitariam a possível retirada deste abono, mais não são que uma forma do Poder Central, que tanto tem diminuído as capacidades financeiras dos Municípios, tentar responsabilizar-nos pela assunção de despesas sem significado e que claramente não devem ser reduzidas". -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE - APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS - PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUE A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE (AMAVE) MANTÉM COM A EX-CONCESSIONÁRIA "SUMA, SA" –

Presente a seguinte proposta: "No âmbito do processo de regularização das obrigações que a Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE) mantém com a ex-concessionária "SUMA, SA", a AMAVE remeteu a esta Câmara Municipal um ofício, datado do passado dia 10 de setembro, a comunicar a aprovação pelo seu Conselho Diretivo, em reunião de 4 de setembro de 2012, da minuta do Protocolo a celebrar entre a AMAVE e a SUMA, SA, bem como da minuta do documento relativo à Confissão e Cessões Parcelares de Dívida, solicitando aos Municípios que a integram que os aprovem nos seus órgãos e lhes remeta as correspondentes certidões. Submete-se, assim, a aprovação do executivo camarário as minutas dos documentos acima identificados, anexas à presente proposta. Tendo em conta o preceituado no art.º 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso), relativo aos compromissos plurianuais e à necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, propõe-se ainda submeter a aprovação deste órgão deliberativo a autorização para assunção das responsabilidades constantes dos documentos acima identificados, de acordo com a seguinte repartição de encargos: Protocolo –

total: €328.131,00: Ano 2012 – €82.032,78; Ano 2013 – €164.065,56; Ano 2014 – €82.032,66. Confissão e cessões parcelares de dívida – total: €4.847.623,00: Ano 2012 – €1.211.905,74; Ano 2013 – €2.423.811,48; Ano 2014 – €1.211.905,78.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

TOPONÍMIA - ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE CREIXOMIL - Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, do prolongamento da denominação toponímica de “Alameda do Multiusos” ao arruamento com início na rua Miguel Torga e fim no entroncamento com a Alameda Cidade de Lisboa.” A planta toponímia dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE ABAÇÃO (S. TOMÉ) - Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Abação (S. Tomé), aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 77 – Travessa do Areal - Arruamento sem saída, com início na rua de S. Cristóvão. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada



pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Abação (S. Tomé).” A planta toponímia dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

TOPONÍMIA - ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE GUIMARÃES (OLIVEIRA DO CASTELO) -

Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Guimarães (Oliveira do Castelo), aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 84 - Bairro Monte de Trás - Arruamento sem saída, com início na rua de S. Dâmaso. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Guimarães (Oliveira do Castelo).” A planta toponímia dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

TOPONÍMIA - ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR -

Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Briteiros (Salvador), aprovou o seguinte aditamento à toponímica existente: 60 - Travessa da Confraria de Baixo - Arruamento sem saída, com início na rua da Confraria. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art.º 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à toponímia da freguesia de Briteiros (S.

Salvador).” A planta toponímia dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS DELIBERAÇÕES DE 2 DE FEVEREIRO DE 2012 E 6 DE SETEMBRO DE 2012 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO E GESTÃO EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANO CIVIL 2012 – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: “Como é de conhecimento superior, a autarquia procede mensalmente à atribuição de verbas a várias entidades, entre as quais agrupamentos de escolas, freguesias e centros sociais, que têm sob a sua responsabilidade a alimentação e gestão em refeitórios escolares. Considerando que o agrupamento de escolas de Pevidém manifestou, recentemente, a sua indisponibilidade para continuar a assumir a gestão dos refeitórios escolares da EB1/JI Eirinha/Serzedelo, EB1 Selho S. Cristóvão e Centro Escolar de Candoso S. Martinho, e que as freguesias de Serzedelo, Selho S. Cristóvão e Candoso S Martinho estão disponíveis para o efeito, deverá proceder-se, a partir de setembro, inclusive, à alteração das entidades conforme mapa em anexo. Assim, e face ao exposto, propõe-se a retificação da deliberação de Câmara de 11/12/22, com as alterações introduzidas pelas deliberações de 12/02/02 e 12/09/06. À consideração superior.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS – REVISÃO ORÇAMENTAL – Presente a seguinte informação da Diretora do Departamento Financeiro: “Torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes



termos: RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA – 1. Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **16.01.01** designada por **Saldo da Gerência anterior**, no valor de €1.085.100,70; 2. Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **06.03.06.02**, designada por **Transferências Correntes FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola**, no valor de €53.033.65, resultante do contrato de financiamento da operação Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios; 3. Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **10.03.07.05**, designada por **Transferências de Capital FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural**, no valor de €77.625.00, resultante do contrato de financiamento da operação de Conservação e Valorização da Doçaria Tradicional de Guimarães e Defesa da Floresta Contra Incêndios: Construção e Beneficiação dos Pontos de Água; 4. Inscrição no Orçamento da rubrica orçamental com a classificação **06.03.06.05**, designada por **Transferências Correntes FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural**, no valor de €3.420.00, resultante do contrato de financiamento da operação de Conservação e Valorização da Doçaria Tradicional de Guimarães; 5. Diminuição na rubrica orçamental com a classificação **09.01.10 - Venda de Bens de investimento**, do valor de €1.219.179,35. A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” (**Anexo 12**).

DELIBERADO POR MAIORIA APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho

Lima.-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA - DELIBERADO APROVAR
POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS DOZE HORAS E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA
CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**